O *Livro Preto* da Sé de Coimbra. Estudo do Cartulário[1]

Maria do Rosário Barbosa Morujão
Universidade de Coimbra

Tal como muitas outras instituições eclesiásticas medievais, também a Sé de Coimbra sentiu, durante a segunda metade do século XII, a necessidade de elaborar um cartulário com a cópia dos seus privilégios e títulos de propriedade[2]. Já existiam então no território português outras colectâneas de

[1] Este artigo retoma e amplia o trabalho que apresentámos ao XIII Colóquio do Comité Internacional de Paleografia Latina, realizado em Weingarten (Alemanha) em 2000, publicado nas respectivas actas com o título "La collaboration dans le *scriptorium* de la cathédrale de Coimbra", in *La collaboration dans la production de l'écrit médiéval. Actes du XIII^e Colloque du Comité International de Paléographie Latine (Weingarten, 22-25 septembre 2000)*, réunis par Herrad Spilling, Paris, 2003, p. 131-149. Este é o primeiro de vários estudos que pretendemos dedicar ao estudo de cartulários portugueses, mormente dos pertencentes às catedrais. Abreviaturas usadas: cx. = caixa; doc. = documento; fl(s). = fólio(s); inc. = incorporação; M. = Maço; Most.º = Mosteiro; TT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo; v. = verso.

[2] Os cartulários, manuscritos contendo cópias dos actos escritos que integram os fundos documentais de uma dada instituição, organizados por ela própria (de acordo com a definição do *Vocabulaire international de la Diplomatique*, ed. María Milagros Cárcel Ortí, Valencia, 1994, nº 74), surgiram no século VIII e difundiram-se nos séculos seguintes, em especial durante a centúria de Undecentos. Vid. Dietrich Lohrmann, "Évolution et organisation interne des cartulaires rhénans du Moyen Âge", in *Les cartulaires. Actes de la table ronde organisée par l'École Nationale des Chartes et le GDR 121 du CNRS (Paris, 5-7 décembre 1991)*, réunis par O. Guyotjeannin, L. Morelle et M. Parisse, Paris, 1993, p. 82.

cartas avulsas, de que devemos salientar o *Liber testamentorum* do mosteiro de Lorvão, o mais antigo cartulário português conhecido[3]; o *Livro Santo* de Santa Cruz, iniciado em 1155, a que se viria a seguir, doze anos mais tarde, o *Livro de D. João Teotónio*[4], organizado pela mesma canónica regrante; e o *Liber Fidei* da Sé de Braga, que terá começado a tomar forma ainda na primeira metade de Undecentos[5].

O grande *liber cartarum*[6] da catedral conimbricense nasceu por iniciativa de D. Miguel Salomão, bispo dessa diocese entre os anos de 1162 e 1176[7], e é conhecido por Livro Preto desde o século XIX, devido à cor da sua encadernação setecentista e à tinta negra com que o corte das folhas foi pintado[8].

---

[3] TT, Colecção Costa Bastos, nº 38; vid. Rui de Azevedo, *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, sep. *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1933, p. 7, que data este cartulário dos anos de 1116-1117.

[4] Estes dois cartulários foram recentemente analisados no completo estudo levado a cabo por Saul António Gomes, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Viseu, 2007, p. 297-393. O primeiro foi publicado por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz – cartulário do século XII*, Coimbra, 1990, mas o segundo ainda se encontra inédito.

[5] Publicado em *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crítica de Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, 1965-1990. Sobre os cartulários portugueses em geral, vid. A. H. de Oliveira Marques, "Cartulários", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. 1, Porto, [s.d.], p. 506, bem como Avelino de Jesus da Costa, "Arquivos eclesiásticos", in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. António Alberto Banha de Andrade, vol. 1, Lisboa, 1980, p. 515-553.

[6] Assim é designado o cartulário na notícia que o obituário da Sé dedica ao bispo promotor dessa compilação documental; vid. *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (*Livro das Kalendas)*, ed. crítica de Pierre David e Torquato de Sousa Soares, vol. 2, Coimbra, 1947, p. 73 (5 de Agosto).

[7] Acerca deste bispo e da sua actuação, vid. Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1325)*, Coimbra, 2005, p. 91-97.

[8] O Livro Preto encontra-se em TT, Colecção Costa Bastos, nº 36, e, depois de ter sido objecto de uma primeira edição parcial por Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, 3 vols., Coimbra, 1977-1979, foi publicado na íntegra em *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica. Texto integral*, director e coordenador editorial Manuel Augusto Rodrigues, director científico Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1999. A designação dos livros pela cor da sua encadernação foi uma das formas mais comuns de os denominar, e sucedeu não apenas com o Livro Preto, mas também com numerosos outros manuscritos, de que podemos citar, como exemplos portugueses, o Livro Verde da Universidade de Coimbra, o Livro Vermelho de D. Afonso V ou o Livro das Tábuas Vermelhas da colegiada de Guimarães (cf. S. A. Gomes, *In limine...*, p. 303).

Cónego e, depois, prior da catedral, D. Miguel Salomão foi escriba na sua chancelaria[9]. Mais tarde, ingressou no mosteiro de Santa Cruz, onde vivia quando foi eleito bispo da diocese e ao qual regressou na sequência da sua abdicação, aí vindo a morrer e a ser sepultado, em 1180[10]. Foi ele quem outorgou ao cenóbio crúzio de Coimbra a conhecida carta de liberdade que o isentava da jurisdição episcopal, que esteve na base de acesas querelas entre ambas as instituições, as quais se prolongaram por várias décadas[11]. Mas este prelado foi, também, um grande benfeitor da sua Sé, como se pode ver num longo documento integrado no cartulário que relata o modo como conseguiu recuperar património da Sé alienado pelos seus antecessores e indica as elevadas quantias que dispendera, do seu próprio bolso, com a construção da catedral[12].

De entre todas as obras realizadas por D. Miguel, o cartulário que mandou fazer não foi a menor. As razões que presidiram à elaboração desse manuscrito foram, certamente, múltiplas[13]. Entre elas, contava-se, sem dúvida,

[9] Conhecem-se alguns documentos lavrados por sua mão, com datas compreendidas entre 1139 e 1145; cf. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 437-438 e 528. Além de ter trabalhado na chancelaria da Sé e de ter escrito outros documentos conservados nos fundos desta catedral, foi autor também de dois diplomas da chancelaria de D. Afonso Henriques (vid. *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, ed. Rui de Azevedo, vol. 1: *Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*, t.1, Lisboa, 1958, docs. 190 e 197), e de quatro textos procedentes de outros núcleos documentais (TT, Mostº Lorvão, Antiga Colecção Especial, M. 3, nº 14; Mostº Santa Cruz, Documentos Particulares, M. 2, nº 18, 30 e 39).

[10] A sua notícia fúnebre consta do já referido assento do *Livro das Kalendas...* (vid. *supra*, nota 6) e do epitáfio do seu túmulo, publicado por Mário Jorge Barroca, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, vol. 2, t. 1, Lisboa, 2000, inscr. nº 165.

[11] Sobre esta carta, o contexto em que foi outorgada e os conflitos entre ambas as instituições, que atingiram momentos de especial confrontação nos finais do século XII e na primeira metade de Duzentos, vid. Rui de Azevedo, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)*, Lisboa, 1935; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, 2003, p.284-292, 328-332, 360-368 e 438-448; S. A. Gomes, *In limine...*, p. 847-855; e M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 82-111 e 124-125.

[12] Doc. 3, fls. 2v-4. Pierre David, *A Sé Velha de Coimbra*, Porto, 1943, p. 35, considera que essa *minotatio testamentorum* (palavras com que o documento principia) teria sido ditada pelo bispo demissionário, defendendo-se dos ataques que o cabido de Coimbra dirigia contra si. Cf. também a este respeito M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 95-96.

[13] Relativamente aos motivos que, de um modo geral, conduziam à elaboração de um cartulário, vid. Michel Parisse, "Cartulaires: copies ou sources originales?", in *Les cartulaires...*, p. 507.

a vontade de garantir a preservação dos actos comprovativos dos direitos do bispo e do cabido e o desejo de tornar dispensável a consulta dos originais, que andariam dispersos por várias arcas e sacos e de cuja fragilidade se tinha consciência já nessa altura[14]. A cópia dos textos permitia, além disso, lê-los na clara grafia carolino-gótica usada no Livro Preto, em lugar da escrita visigótica em que a maior parte deles tinha sido redigida, e que era por certo considerada difícil de decifrar para as novas gerações de cónegos desta Sé, em cuja chancelaria essa forma de desenhar o alfabeto tinha sido posta de lado durante a década de 1130[15]. A estas razões juntar-se-iam ainda outras, de natureza bem diversa, como os problemas de divisão territorial entre a diocese e o vizinho bispado do Porto, que se faziam sentir desde que este fora restaurado[16]; a forte rivalidade entre a instituição catedralícia e o recém-fundado e poderoso mosteiro agostinho de Santa Cruz, na qual, como dissemos, o bispo D. Miguel desempenhou um papel essencial[17]; ou ainda a relação difícil entre bispo e cabido, que durava havia já longos anos, tendo sido agravada pelas circunstâncias da concessão da referida carta de

[14] Sobre a forma como os documentos eram conservados na Idade Média e a consciência então existente da fragilidade dos actos escritos, vid. Maria José Azevedo Santos, "As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XV)", in Maria Helena da Cruz Coelho [et al.], *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, 2001, p. 233-256.

[15] É de Abril de 1137 o mais recente original em escrita visigótica proveniente deste *scriptorium* que conhecemos (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 4, nº 30). De acordo com os dados apresentados por Maria José Azevedo Santos, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, 1994, p. 259, a Sé de Coimbra terá sido o segundo cartório português a abandonar a velha grafia visigótica, depois da colegiada de Guimarães, onde o último testemunho data de 1135. Cf. também M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 644.

[16] Sobre os difíceis problemas ocorridos entre as duas dioceses devido aos seus limites, vid. Miguel de Oliveira, "Os territórios diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria", *Lusitania Sacra*, Lisboa, 1, 1956, p. 29-50; Carlos A. Moreira Azevedo, "Porto, diocese do", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos A. Moreira Azevedo, vol. 4, Lisboa, 2001, p. 28-29; M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 31-37. A elaboração de um cartulário onde se compilassem os diplomas comprovativos dos direitos da Sé sobre os bens reclamados pelo bispo do Porto constituía, neste contexto, uma "tarefa prioritária", como muito bem diz Avelino de Jesus da Costa, "Prefácio", *Livro Preto...*, p. XV.

[17] Vid. *supra*, nota 11. Note-se que o Livro Preto não copia nenhum documento relacionado com esta matéria, o que é muito significativo, como será referido na parte final deste artigo.

liberdade aos cónegos crúzios[18]. Todos estes factores se conjugaram, decerto, na decisão de elaborar um cartulário, que, para além de constituir uma forma de proteger os direitos da Sé e de dar corpo às suas reivindicações territoriais e jurisdicionais, constituía também um poderoso veículo de afirmação da importância dessa instituição e de construção da memória que dela e dos seus membros e benfeitores se queria fazer perdurar[19].

O Livro Preto reveste-se, para além do mais, de uma enorme importância enquanto repositório de um elevado número de diplomas referentes à Alta Idade Média portuguesa: 36% dos actos que transcreve são anteriores ao século XII, contando-se entre eles o mais antigo diploma conhecido respeitante ao espaço do futuro Portugal, datado, dubitativamente, de 19 de Abril de 773 (?)[20]. Este e muitos outros, no total cerca de 25% do número total dos seus actos, têm aqui a sua única ou mais fidedigna versão, já que os documentos originais desapareceram, o que por si só comprova o grande valor do cartulário undecentista da catedral conimbricense como fonte histórica, largamente utilizada, aliás, pela historiografia portuguesa desde o século XIX. Pouca importância, porém, tem sido dada ao manuscrito em si; o estudo da sua estrutura, das mãos que o elaboraram e da fidelidade das suas cópias constitui o principal objectivo do presente trabalho, que procura assim contribuir para o melhor conhecimento deste tipo de códices, alvo de

[18] Sobre as difíceis relações entre bispos partidários da reforma gregoriana e um cabido fortemente marcado pelo moçarabismo foram estudadas, vid. Gérard Pradalié, "Les faux de la cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII[e] siècle", *Mélanges de la Casa Velázquez*, Paris, t. 10, 1974, p. 88-96; Maria de Lurdes Rosa, "A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes de Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)", in *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos A. Moreira Azevedo, vol. 1: *Formação e limites da cristandade*, Lisboa, 2000, p. 433-440; e M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 12-24. Já depois do triunfo dos reformadores, os conflitos entre prelados e cónegos continuaram a fazer-se sentir, tendo o episcopado de D. Miguel Salomão conhecido um dos momentos altos dessas querelas, o que o teria conduzido à elaboração da referida *minotatio testamentorum*. Vid. a este respeito *supra*, notas 11 e 12, bem como M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 93-96 e 198-208.

[19] Quanto ao papel desempenhado pelos cartulários na construção de uma memória institucional, vid. Patrick Geary, "Entre gestion et gesta", in *Les cartulaires...*, p 24.

[20] Doc. 454, fls. 179v-180v. Os problemas que a data deste documento levanta foram analisados por Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI[e] au XII[e] siècle*, Lisboa-Paris, 1947, p. 244-246 e por A. J. Costa, "Prefácio", p. XXV.

um interesse crescente em todo o Ocidente europeu desde anos recentes, mas ainda muito pouco explorados em Portugal[21].

1. Análise codicológica[22]

O Livro Preto é composto por 255 fólios de pergaminho escritos a uma só coluna[23], com tinta que varia entre o castanho e o negro, tendo as iniciais e rubricas sido traçadas a vermelho[24]. Encontra-se bastante bem conservado, com excepção dos fls. 1-6v e 32v-33, sujos e manchados pela humidade ou por derramamento de um qualquer líquido, e do fl. 125, afectado por um banho de solução de noz de galha. O pergaminho utilizado é, em geral, de boa qualidade, apresentando grossuras variáveis, por vezes no espaço de uma mesma folha. Em alguns casos, foram utilizadas peles com pequenos orifícios[25] ou provenientes das axilas ou do pescoço do animal[26], que deram

[21] Relativamente às investigações sobre esta temática a nível internacional, e em especial pelos historiadores francófonos, veja-se a introdução da já referida obra *Les cartulaires...*, p. 7-9. Para o caso português, vid. A. J. Costa, "Arquivos eclesiásticos" e S. A. Gomes, *In limine...*, p. 297 e seguintes.

[22] Por razões que se prendem com a conservação do códice e a política seguida pela Divisão de Conservação e Restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi impossível completar o exame codicológico do Livro Preto realizado aquando da elaboração do trabalho que esteve na origem deste artigo. Faltam, por isso, alguns elementos, respeitantes essencialmente às dimensões da mancha gráfica do códice e às unidades de regragem que apresenta. Note-se que a edição do Livro Preto inclui, nas p. CCXXXI-CCXXXIV, uma breve caracterização codicológica do manuscrito, elaborada por Abílio Queirós, que se encontra incompleta, porém, e errada quanto à distribuição dos fólios pelos cadernos, não fornecendo elementos seguros que permitam colmatar a impossibilidade de examinar de novo o original.

[23] Com excepção dos fls. 15 a 20, que apresentam duas colunas e constituíam um caderno à parte, integrado no Livro Preto como caderno 3 aquando da elaboração do cartulário, como veremos mais à frente.

[24] Como adiante se verá, o cartulário recebeu acrescentos depois de ter sido elaborado. De um modo geral, apenas as rubricas e iniciais dos documentos copiados primitivamente foram escritas a vermelho. Os documentos acrescentados mais tarde não apresentam, por via de regra, tinta colorida.

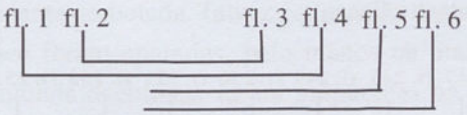
[25] Assim sucede nos fls. 3, 11, 12, 31, 35, 56, 57, 65, 105, 107, 130, 150, 170, 194, 199, 208, 209, 213, 216, 218, 219. Por vezes, alguns buracos ou rasgões foram cerzidos com grande cuidado, como se pode ver nos fls. 1, 25, 39, 42, 57, 98, 118, 119, 120, 121, 162, 166, 167, 170, 171, 199, 200, 201, 207, 208, 214, 218, 220. Na fig. 4 pode-se ver uma dessas pequenas costuras.

[26] É o caso dos fls. 119, 120, 121, 162, 201, 241.

origem a fólios imperfeitos, a cujas particularidades a mancha escrita teve de se adaptar[27]. As folhas foram submetidas a uma cuidada empaginação, com pequenos piques ainda visíveis nas margens de goteira de grande parte dos fólios, a partir dos quais foi feita a regragem a lápis de chumbo[28], delimitando a mancha escrita e as linhas rectrizes, e ainda o espaço a ser ocupado por outros elementos do texto, como é o caso das colunas de subscrições[29] (figs. 1 e 4).

Esses fólios encontram-se divididos por um total de 32 cadernos, quase todos quaternos, sendo as únicas excepções os fascículos 1 e 3, que são ternos, e o último, composto por 11 fólios (cf. Apêndice 1). Destes cadernos, só o 1, o 13 e o 32 não são regulares, merecendo por isso a sua estrutura uma especial atenção.

A organização do primeiro caderno pode ser esquematizada da seguinte forma:



É possível que tivessem existido dois fólios antes do fl. 1, desaparecidos no decurso dos séculos, o que significaria que o fascículo, o mais mal conservado do cartulário, fora originalmente um quaterno completo[30]. Para além disso, tudo indica que este caderno foi acrescentado ao cartulário, por certo ainda em vida do bispo D. Miguel Salomão (antes de Agosto de 1180, portanto), de modo a figurar logo no início do códice o importante

[27] Vid. como exemplos os fls. 170 e 199, onde tanto no recto como no verso as linhas foram chegadas para dentro, devido ao formato irregular do suporte.

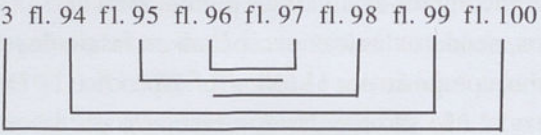
[28] Também neste aspecto o terceiro caderno é diferente, pois a sua regragem foi feita com um instrumento de ponta seca, como será referido mais adiante.

[29] Um exemplo em que as colunas de subscritores foram delimitadas por linhas traçadas a plumbagina encontra-se no fl. 8.

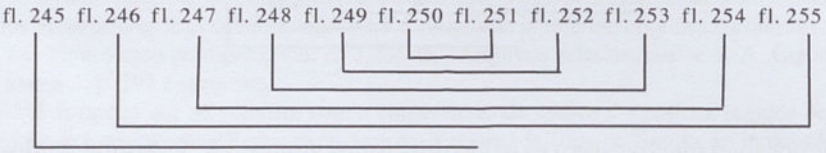
[30] A impossibilidade já referida de voltarmos a examinar o cartulário original não permite, contudo, que nos pronunciemos a este respeito a título definitivo.

documento, já referido, acerca das benfeitorias levadas a cabo por esse prelado[31], que ocupa os fls. 2v-4.

O caderno 13 apresenta apenas a particularidade de o terceiro bifólio ter sido fabricado a partir de dois fólios dotados de pestana, ou seja, de uma pequena tira que ultrapassa a metade do fólio e que permite a constituição de um bifólio, tal como se apresenta no seguinte esquema:



Quanto ao caderno 32, o último do cartulário, é formado por 11 fólios, que se distribuem da seguinte forma:



Falta o fólio final, que o tornaria um caderno regular, mas é lícito supor que se tenha estragado[32] e nem sequer estivesse escrito, dado ter ficado espaço em branco no fl. 255v, onde se poderia ter iniciado uma nova transcrição. O cartulário, aliás, terminava inicialmente no fl. 250, tendo as restantes folhas do caderno sido preenchidas mais tarde.

[31] Vid. *supra*, nota 12. O cartulário estaria já terminado na altura em que o bispo demissionário teria ditado esse documento, pelo que o caderno de pergaminho onde ele estava escrito foi acrescentado no início do Livro Preto. Como sucedeu em todo o manuscrito, os espaços livres desse caderno foram aproveitados mais tarde para copiar documentos, pelo que esse fascículo apresenta uma grande heterogeneidade de conteúdos e copistas que só voltamos a encontrar nos fólios finais do códice, deixados em branco aquando da elaboração do códice primitivo e preenchidos posteriormente.

[32] Vid. *supra*, nota 30.

Pelo que fica dito, pode-se concluir que os únicos fólios de pergaminho acrescentados ao códice foram os do primeiro caderno, adicionados logo após a elaboração do cartulário; e que é possível que três fólios se tenham perdido, os dois iniciais e o final, provavelmente deixados em branco, não havendo nenhuma perda de texto detectável.

Tal como foi concebido inicialmente, o Livro Preto principiaria no actual segundo caderno, no fl. 7v, no começo do qual se pode ler, em maiúsculas decoradas: *Incipit liber inventarius cartarum sive testamentorum* (fig. 1). O recto desse fólio talvez tivesse sido destinado a decoração, mas, após a junção do primeiro caderno, acabou por ser preenchido, mais tarde, com a cópia de dois documentos régios[33].

Ao códice membranáceo foi adicionado, no século XVIII, um conjunto de seis cadernos de papel contendo o índice do cartulário, que não analisaremos por nos interessar, apenas, o livro medieval. Data decerto da mesma época a encadernação do manuscrito, com a carneira preta que deu o nome ao cartulário, hoje bastante desbotada. Talvez por ocasião desta reencadernação, as folhas do códice foram aparadas, pelo menos na margem de cabeça, já que algumas iniciais decoradas foram amputadas na parte superior[34]. Por isso, as actuais dimensões do Livro Preto, que mede 198 mm de largura por 311 mm de altura, não correspondem às primitivas.

É ainda de referir que os fólios do manuscrito foram numerados até ao fl. 43 em momento posterior, mas ainda durante a Idade Média, como se pode deduzir da forma de desenhar a numeração romana, aposta com tinta vermelha. Mais tarde, na centúria de Quinhentos ou Seiscentos, essa numeração foi continuada, a castanho[35]. A partir do fl. 187, a foliação contém vários erros, tendo-se avançado dois fólios em mais de uma ocasião; algarismos árabes, provavelmente oitocentistas, corrigiram-na e prolongaram-na até ao final do manuscrito.

[33] Docs. 12 e 13 (fl. 7).

[34] Vid., como exemplo, o fl. 109.

[35] Note-se, como curiosidade, que a primeira mão a numerar os fólios utilizou o X aspado para indicar o 40; e quem completou essa numeração, não tendo sabido interpretar o nexo cursivo, procedeu sistematicamente à correcção desse símbolo, tão usado durante a Idade Média, para XL.

Para além dos fólios, também os documentos foram numerados, mas só esporadicamente. Por vezes, surge uma numeração coeva, que não parece obedecer a qualquer lógica nem é sequencial[36]. No século XVI, a avaliar pela letra, a mesma mão que, de quando em quando, escreveu sumários em latim nas margens do cartulário procedeu a uma nova numeração dos documentos, usando um sistema que associa letras e números (fig. 3)[37]: começa de *a* a *y* (letra que se segue ao *z*), continua de *a2* a *y2*, e segue assim por diante até *c17*, terminando de forma abrupta no fl. 159, quando ainda faltam quase cem folhas para o final do livro.

No cartulário foram copiados 663 documentos (correspondentes a 596 actos diferentes, já que 67 foram registados mais de uma vez), cujas datas abrangem o longo período compreendido entre Abril de 773 (?)[38] e Janeiro de 1217[39]. No entanto, mais de 90% dos documentos são anteriores a 1171; os actos posteriores a esse ano constituem apenas 5% do total dos diplomas datados, e foram sempre acrescentados em espaços deixados em branco, normalmente no final de cada caderno, por mãos diferentes daquelas que escreveram os restantes textos. Daqui se pode concluir que o cartulário, tal como foi concebido originalmente, estaria concluído nos primeiros anos da década de 1170, o que constitui mais uma prova de que este é, de facto, o *liber cartarum* mandado fazer por D. Miguel[40]. As transcrições mais tarde lançadas no códice demonstram que permaneceu, pelo menos até

[36] Os docs. 29 a 37 (fls. 15v-20) estão numerados de 2 a 10, por mão do copista que os registou (vid. o que é dito *infra* acerca do escriba "B"). Do doc. 218 ao 235 (fls. 109v-115) existe uma sequência de documentos numerados, de 5 a 21 (com repetição do nº 10), que continua a partir do doc. 456 e até ao 508 (fls. 181-196), numerados de 23 a 67, havendo diplomas, contudo, que não são abrangidos por essa contagem.

[37] Nem sempre correcta, pois não foram contados alguns documentos (como por exemplo o doc. 47, no fl. 23v), ou foram dados alguns saltos na numeração; assim sucede com o doc. 61, no fl. 30v, que devia ser o *o3* mas foi designado como *p3*, e logo a seguir com o doc. 64, no fl. 32, que devia ser o *s3* mas surge como *t3*.

[38] Sobre este documento, vid. *supra*, nota 20.

[39] Doc. 659, fl. 254v.

[40] Não parece, portanto, ter qualquer fundamento a ideia sugerida por Manuel Augusto Rodrigues, "Introdução", *Livro Preto*..., p. CLXXXII, de que o bispo tinha mandado fazer um cartulário, "possivelmente aquele que deu origem ao Livro Preto"; no mesmo sentido de o Livro Preto ser, efectivamente, o códice feito no tempo de D. Miguel Salomão se pronunciara já, aliás, S. A. Gomes, *In limine*..., p. 301, nota 179.

1217, como um livro vivo onde continuaram a ser copiados documentos respeitantes à Sé[41].

2. A organização dos cadernos

A presença de fólios deixados em branco em vários cadernos após as transcrições neles lançadas pelos escribas que originalmente lavraram o Livro Preto aponta para uma distribuição prévia dos documentos pelos diversos fascículos que o compõem, e, portanto, para uma organização interna do cartulário feita de acordo com um plano inicial que não é explicitado em nenhum prólogo[42], nem através de uma divisão do códice em livros ou partes[43]. Os documentos seguem-se, simplesmente, uns aos outros, pelo que só a análise do conteúdo documental e da sua distribuição pelos diferentes cadernos permite perceber a lógica que presidiu à elaboração do cartulário.

Através desse estudo, o que parecia, à primeira vista, uma amálgama confusa de documentos de teor variado ganha coerência. Assim, por exemplo, verifica-se que o caderno 2, pensado para abrir o cartulário, contém a cópia dos documentos de maior importância para a Sé e a cidade de Coimbra, como a confirmação por Afonso VI de Leão e Castela dos foros estabelecidos na cidade em 1085 (fig. 1), a fundação do cabido da Sé por D. Sesnando e pelo bispo D. Paterno e o foral outorgado a Coimbra pelo conde D. Henrique[44].

---

[41] No que toca à tendência para continuar a copiar documentos nos livros depois da sua conclusão, vid. S. A. Gomes, *In limine...*, p. 315-317, e as conclusões a que chega a este respeito quanto aos cartulários crúzios undecentistas, que também sofreram acrescentos posteriores, p. 325 e 356-358.

[42] Ao contrário do que sucede muitas vezes no início deste tipo de manuscritos, tanto portugueses (caso, por exemplo, dos cartulários crúzios estudados por S. A. Gomes, *In limine...*, p. 321 e 354) como estrangeiros (vid. Pascale Bourgain e Marie-Clotilde Hubert, "Latin et rhétorique dans les préfaces de cartulaire", in *Les cartulaires...*, p. 115-136).

[43] Assim sucede, por exemplo, com os cartulários crúzios, como se pode ver em S. A. Gomes, *In limine...*, p. 318-323 quanto ao Livro Santo, e p. 354-362 no tocante ao Livro de D. João Teotónio.

[44] Docs. 14 a 17, fls. 7v-10. Alguns destes documentos, como é sabido, foram forjados ou, pelo menos, interpolados; mas essas falsificações não terão sido produzidas pelos copistas do cartulário, que parecem ter-se limitado a copiar os textos fabricados nas primeiras décadas do século XII. A este respeito, vid. Pierre David, "Regula Sancti Augustini. À propos d'une fausse charte de fondation du chapitre de Coimbre", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 3, 1947,

O fascículo 3, cuja especificidade já foi apontada, inclui apenas diplomas referentes a S. Martinho do Bispo, futuro couto dos prelados de Coimbra, que aí possuíam um paço; e nos cadernos 15, 24 e 25 concentram-se os actos escritos relacionados com João Gondesendes e as propriedades que este cavaleiro legou em testamento à catedral[45], da qual foi um dos maiores benfeitores undecentistas[46].

Mencione-se ainda que os cadernos 6 a 14 incluem um vasto conjunto de actos aparentemente sem qualquer ligação à Sé, quer pela data, anterior à restauração da diocese (ocorrida por volta de 1080), quer pelo assunto que versam, visto serem negócios entre particulares ou destinados a antigos mosteiros situados longe de Coimbra. Dizem, porém, respeito a propriedades que vieram a integrar o património da catedral, nomeadamente através da anexação desses cenóbios ao grande centro monástico da Vacariça, que foi doado nos finais do século XI à Sé conimbricense[47], assim se justificando plenamente a sua integração no cartulário como comprovativos dos direitos da catedral sobre esses bens.

Refira-se, por fim, que a documentação de proveniência eclesiástica, constituída essencialmente por bulas, mas também por cartas dos legados pontifícios, acordos realizados entre os bispos de Coimbra e os prelados de outras dioceses, actas de reuniões conciliares e diplomas sobre a vida capitular, forma um núcleo único, copiado nos cadernos 30 a 32,

p. 27-39; G. Pradalié, "Les faux de la cathédrale...", p. 77-98; M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 198-201 e 323-331.

[45] Note-se que surgem alguns documentos respeitantes a João Gondesendes e a sua mulher dispersos por outros locais do cartulário, por via de regra copiados junto de diplomas relacionados com a mesma região a que eles se reportam; é o caso do caderno 19, cuja primeira parte é dedicada ao território de S. Pedro do Sul, e que abre com uma venda de bens aí situados protagonizada por aquele cavaleiro (doc. 319, fl. 141).

[46] Sobre este cavaleiro, vid. Leontina Ventura, "O cavaleiro João Gondesendes – sua trajectória político-social e económica (1083-1116)", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 15, Jan.-Jun. 1985, p. 31-69.

[47] Essa doação, feita pelo conde D. Raimundo em 1094, é um dos documentos copiados no Livro Preto (doc. 82, fls. 40-41). Sobre este mosteiro, vid. "Vacariça", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 33, Lisboa - Rio de Janeiro, [s.d.], p. 652-657; Miguel Ribeiro de Vasconcelos, *Noticia historica do mosteiro da Vacariça doado à Sé de Coimbra em 1094 e da serie chronologica dos bispos desta cidade desde 1064 em que foi tomada aos Mouros*, parte I, Lisboa, 1854 e ainda Charles Julian Bishko, "Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador da Vacariça", in *Spanish and Portuguese monastic history. 600-1300*, Londres, 1984.

mais especificamente entre os fls. 229 e 247v, quase no final, pois, do Livro Preto[48].

Estes são os exemplos mais significativos que comprovam ter a estruturação deste cartulário, como a de muitos outros[49], obedecido a critérios tanto geográficos como temáticos, e que essa lógica presidiu desde o início ao trabalho dos diversos copistas que colaboraram na elaboração do códice.

3. Os copistas do cartulário

Efectivamente, o cartulário foi escrito por vários copistas, que procurámos distinguir através do estudo e da análise das características mais marcantes de cada mão, para de seguida os tentarmos identificar comparando as suas grafias com as dos escribas da chancelaria da Sé de Coimbra ou de documentos provenientes dos fundos do cabido da catedral.

Utilizar a documentação avulsa para tentar datar códices ou conhecer os seus autores materiais é uma prática bastante difundida, dado que, se a maioria dos manuscritos não indica a data e foi elaborada por copistas anónimos, os documentos, pelo contrário, costumam fornecer elementos cronológicos precisos e o nome de quem os escreveu. Vários estudos provaram já que este método comparativo pode dar bons frutos[50], reconhecendo-se mesmo

[48] Não deixa de ser curioso que o códice conimbricense relegue para os fólios finais a documentação de cariz eclesiástico, que é, tantas vezes, a primeira a ser copiada nos cartulários. Cf. Dietrich Lohrmann, "Évolution et organisation...", p. 86. No Livro Santo de Santa Cruz, as bulas concentram-se no início, enquanto no Livro de D. João Teotónio surgem no actual 3º caderno (cf. S. A. Gomes, *In limine...*, p. 318-319 e 365).

[49] Como sejam o do mosteiro de S. Vítor de Marselha, estudado por Monique Zerner, "L'élaboration du grand cartulaire de Saint-Victor de Marseille", in *Les cartulaires...*, p. 217-246, os códices crúzios referidos, ou ainda o conhecido Cartulário de D. Maior Martins de Arouca, estudado por Maria Helena da Cruz Coelho, *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, 1988, p. 150-156.

[50] Vejam-se os trabalhos que o comprovam, em relação à Península Ibérica, da autoria de Anscari M. Mundó, "Méthode comparative statistique pour la datation des manuscrits non datés", in *Palãographie, 1981*, München, 1982, p. 53-58; Jesús Alturo i Perucho, "L'apporto delle carte alla storia della scrittura e del codice", in *Scribi e colofoni. Le sottoscrizioni di copisti dalle origini all'avvento della stampa. Atti del seminario di Erice. X Colloquio del Comité International de Paléographie Latine (23-28 ottobre 1993)*, a cura di Emma Condello e Giuseppe De Gregorio, Spoleto, 1995, p. 289-300; Maria José Azevedo Santos, "Manuscrits non datés au Portugal. Contribution à l'étude du problème", *Revista Portuguesa de História*,

hoje em dia que o estudo da produção escrita de uma qualquer instituição passa, inevitavelmente, pela análise não apenas dos seus manuscritos, mas também dos seus fundos documentais[51].

Através desta análise, foi possível identificar oito copistas, responsáveis pela elaboração do cartulário original, ou seja, por 603 dos 663 documentos nele transcritos, e cujo trabalho estaria concluído por volta de 1171, pois data desse ano o acto mais recente por eles transcrito, como foi já referido. Designámos cada um desses escribas por uma letra do alfabeto, de "A" a "H", de acordo com a ordem pela qual a sua grafia se apresenta no manuscrito (cf. Apêndices 1 e 2).

O principal autor material do Livro Preto foi o escriba "A", a quem se deve a transcrição do maior número de documentos (cerca de duas centenas), cuja letra é identificável com facilidade, graças, sobretudo, à forma característica como desenhava o sinal de abreviatura da terminação do genitivo plural, *–rum*. A sua caligrafia regular iniciava o cartulário, no actual fl. 7v, e foi ele o responsável quase exclusivo por 12 dos 14 cadernos iniciais[52]. A cópia não parece ter sido o seu único trabalho na elaboração do códice: as rubricas dos actos foram decerto da sua autoria, como é o caso daquela que iniciava primeiramente o cartulário, que apresenta a palavra "testamentorum" abreviada com sinal idêntico ao dos escritos deste copista[53] (fig. 1).

O desenho peculiar de algumas das letras maiúsculas patentes nesse título, como o *V* traçado, o *E* de formas redondas ou o *S* ondulado, permite ainda a identificação de "A" como um dos rubricadores que, findo o trabalho de cópia, desenhou a vermelho as iniciais decoradas que ornamentam as páginas deste códice; e é provavelmente também sua a reprodução do sinal

Coimbra, 26, 1991, p. 157-173. O mesmo método foi usado por S. A. Gomes, *In limine...*, para propor a identificação dos copistas dos cartulários crúzios.

[51] Leiam-se a este propósito as palavras de Françoise Gasparri, "«Scriptorium» et bureau d'écriture de l'abbaye Saint-Victor de Paris", in *L'abbaye parisienne de Saint-Victor au Moyen Âge*, communications présentées au XIII[e] Colloque d'Humanisme Médiéval de Paris (1986-1988) et réunies par Jean Longère, Paris-Turnhout, 1991, p. 119.

[52] Como se pode ver no Apêndice 1, foi o responsável pelos cadernos 2 e 4 a 14; no caderno 3, escreveu apenas os dois últimos documentos, e parece ter voltado a escrever, esporadicamente, nos cadernos 23, 28 e 29, havendo menos certeza na identificação do seu labor nesses fascículos, como se diz *infra*, notas 105 e 106.

[53] Fl. 7v.

rodado de soberania régia patente no fl. 30, no final de um documento que o mesmo copista transcreveu.

Este escriba parece poder identificar-se com o acólito Afonso, autor material de dois documentos cujos originais se conservam nos fundos da Sé de Coimbra, datados de Abril de 1170 e Fevereiro de 1171[54] (fig. 6), e de um rolo de pergaminho[55], esmeradamente escrito, contendo os resumos de cerca de 200 documentos, que não estão datados mas se podem situar no tempo com precisão, por deles conhecermos, na grande maioria dos casos, uma versão completa, em original ou cópia; o acto mais recente resumido neste rolo é de 1169, o que condiz com a época de actividade deste escriba, quer no tocante aos originais que escreveu, quer à parte do cartulário por que foi responsável[56]. As grafias de "A" e de Afonso apresentam fortíssimas semelhanças, que se podem detectar em especial, para além do já citado sinal de abreviatura, na forma da letra maiúscula *N*, com a ponta inferior da haste direita virada para o lado esquerdo; na mesma maneira de traçar o *F* maiúsculo da palavra *Facta*; e ainda no desenho do *z* minúsculo.

O escriba "B" foi o responsável pelo caderno 3, composto pelos fls. 15-20, que já vimos apresentar características claramente distintas das dos restantes cadernos do códice (fig. 2), com a sua regragem traçada por um instrumento de ponta seca, em lugar do lápis de chumbo, e o texto inscrito em duas colunas. Os dez documentos aí copiados possuem uma numeração própria, escrita pela mão de "B", tendo sido o mesmo copista o autor das suas rubricas. Os textos formam, como disse, um conjunto coerente, referente a bens situados na localidade de S. Martinho do Bispo e no seu termo. Este caderno foi, certamente, escrito antes da elaboração do cartulário, mas nele desde logo incorporado, tendo o escriba "A" acabado de preencher as folhas paginadas a duas colunas deixadas vagas por "B", correspondentes aos fls. 20-20v. A escrita de "B" apresenta um aspecto mais arcaizante do que as dos outros copistas do Livro Preto, condizendo com a data dos documentos

[54] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 5, nº 36 e M. 6, nº 2, respectivamente.

[55] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., cx. 25, rolo 10.

[56] O Livro Preto copia um outro documento, de Setembro de 1169, de que não há original, com a indicação de ter sido lavrado por *Alfonsus acolitus* (doc. 76, fl. 36v). A ser certa a identificação que fazemos deste acólito com o escriba "A", foi ele próprio quem o copiou.

que copiou, o mais recente dos quais é de 1128[57]. As mesmas maiúsculas alongadas, o *e* cedilhado, o *F* maiúsculo, o *g* característico, idêntico nexo de *s* e *t* encontram-se na escrita do subdiácono João, um dos escribas da chancelaria da Sé de Coimbra, de cuja mão saíram três originais que chegaram até nós, datados de Abril de 1129 até Julho de 1138[58] (fig. 7), que pensamos poder identificar com "B".

O escriba seguinte, designado por "C", foi o autor dos cadernos 15, 18, 21 e do início do 29, copiando, no total, 78 documentos. A sua escrita apresenta também características muito próprias, de entre as quais se destacam a abreviatura da conjunção *et* (semelhante a um *q* inclinado à esquerda com a cauda traçada); o módulo grande dos numerais romanos, desenhando o *L* com um longo traço ondulado para a esquerda, que o torna semelhante a um *2*; o *Q* maiúsculo, desenhado como um *q* minúsculo escrito sobre a regra; e o *z*, parecido com um *3* de formas angulosas, sem qualquer enfeite. "C" era, talvez, um outro subdiácono de nome João, que escreveu, em Agosto de 1170[59], um documento que apresenta alguns dos traços característicos citados, como o desenho da conjunção *et*, o *Q* e o *z* (fig. 8); mas esta identificação suscita algumas dúvidas, pois o esmero de execução patente no diploma é bastante inferior ao que encontramos nos fólios do Livro Preto saídos da mão deste escriba, o que se poderá explicar pelo facto de a perfeição da grafia de um manuscrito ser, por norma, superior à exigida num acto escrito avulso.

Não foi possível encontrar nos fundos da Sé de Coimbra elementos suficientes para identificar, com uma certeza mínima, nenhum dos restantes cinco copistas, cujas grafias passamos a analisar.

Da pena do escriba "D" nasceram os cadernos 16 e 19, assim como parte dos fascículos 22 e 29, num total de 68 documentos. A sua escrita,

[57] Doc. 37, fls.19v-20.

[58] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 4, nº 10, 11, 29 e 32 e AUC, Col. Pergs. Extravagantes, s/n. Este *notator* terá escrito ainda outros dois documentos, datados de Setembro de 1135 e Abril de 1138, que apenas se conhecem pelas cópias do Livro Preto (respectivamente, docs. 374 e 370, fls. 158 e 157). Sobre o seu trabalho como escriba da chancelaria da Sé de Coimbra, vid. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 431-432 e 525.

[59] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 5, nº 37.

clara e regular, apresenta como características mais típicas, uma vez mais, a abreviatura da conjunção *et*, por vezes portadora de uma grande cauda, e o desenho do *Q* maiúsculo (fig. 3).

A mão de "E" segue-se, nas três ocasiões em que surge, à de "D"; escreveu 72 documentos, distribuídos pelos cadernos 17, 20 e 23. A sua caligrafia possui poucas particularidades dignas de registo; mencione-se, ainda assim, e de novo, a abreviatura da conjunção *et*, que assume um tamanho superior ao das restantes palavras; e veja-se, também, o desenho da haste da letra *f*, quase sempre arredondada e virada para baixo, sem as ondulações com que tantos escribas a ornamentavam.

O escriba "F", autor provável da cópia de 66 actos, escreveu o início do caderno 22 (que "D" terminou), e ainda os cadernos 25 e 31 (fig. 5). A sua letra é mais bicuda do que a dos restantes copistas, e um pouco inclinada para a direita. A forma como abreviava a palavra *qui* é característica, desenhando um *Q* maiúsculo cuja cauda não desce da regra e um *i* sobrescrito ao lado do *Q*, e não acima dele.

"G" copiou 75 documentos, que constituem os cadernos 24, 26 e 30 do cartulário. A sua letra é bastante regular, e, de novo, apresenta um traçado *sui generis* da conjunção *et*, com módulo bastante grande e terminando num traço oblíquo, que permite distinguir esta mão. Atente-se ainda no seu hábito de escrever a palavra *Era*, na data, com letras maiúsculas.

Finalmente, o escriba "H" foi aquele que menor número de actos transcreveu: apenas 34, incluídos no caderno 27 e no início do 28 (fig. 4). A sua escrita é mais quadrada e irregular do que as dos outros copistas. Traça, por vezes, a conjunção *et* com grande tamanho, o mesmo sucedendo com o *M* indicativo dos milhares na numeração romana da data. Merece também ser assinalado o desenho ondulado que apresenta, quase sempre, o *f* da palavra *facta*.

Estes foram os oito copistas responsáveis pela elaboração do cartulário da catedral conimbricense, tal como terá sido pensado e executado até 1171. Mas outras mãos preencheram, mais tarde, os espaços deixados em branco, como já foi dito, neles trasladando mais cerca de seis dezenas de actos. Não nos preocupámos, por ora, com a identificação desses escribas, muitos das quais autores de uma única cópia; mas um destaca-se de entre todos: Pedro Calvo, presbítero e capelão régio, que copiou oito documentos

no cartulário[60], o mais recente dos quais datado de 1184. A sua identidade revela-se através da letra pesada, de grande módulo e algo irregular, mas de inegável efeito estético, que era já nossa conhecida graças ao conjunto de cerca de trinta diplomas que escreveu, de 1163 a 1200, para a chancelaria da Sé conimbricense[61], para D. Afonso Henriques[62] e para outras instituições religiosas de Coimbra[63]. Refira-se que foi ele o único copista do Livro Preto que forneceu a sua identificação, ao dar-se como *notator* do doc. 5 do códice, cujo original, que se conserva[64], omite o autor material, mas não foi lavrado pela sua mão.

4. O trabalho dos rubricadores e correctores

Terminada a cópia dos documentos, o cartulário ainda não estava, porém, concluído: havia que desenhar as iniciais, colocar as rubricas, efectuar as correcções necessárias.

As iniciais do Livro Preto foram executadas depois da cópia dos documentos, como se pode deduzir do facto de, por vezes, não ter sido deixado espaço para elas, obrigando a que se escrevesse a letra inicial deitada[65] (fig. 4), ou de terem mesmo ficado por desenhar, como sucede com o *L* do doc. 635[66]. Traçadas a vermelho, a partir, talvez, de uma indicação marginal do copista que desapareceu, essas iniciais assumem vários aspectos e tamanhos. Todo o alfabeto se encontra presente, com excepção das letras *K*, *X*, *W*, *Y* e *Z*; mas o predomínio claro é o da letra *I*, já que a invocação,

[60] São os docs. 5 (fl. 5), 215 (fl. 108v), 590 (fls. 227v-228) e 653 a 657 (fls. 251v-253v).

[61] Datados de Abril de 1178 a Maio de 1193 (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 6, nº 14 e 30, M. 7, nº 27 e 28). Cf. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 441-442.

[62] São seis documentos, com datas compreendidas entre 1175 e 1185; vid. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios*, vol. I, p. LXXXIX-XC.

[63] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 5, nº 32; M. 6, nº 1, 21, 24, 27, 28, 33, 34, 42, 43, 44; M. 7, nº 1, 14, 18, 20, 26, 30, 31; M. 8, nº 19, 27; TT, Mostº Lorvão, 1ª inc., M. 5, nº 17 e 28; M. 7, nº 16. Cf. S. A. Gomes, *In limine...*, p. 555-556.

[64] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 6, nº 35.

[65] Como sucede nos fls. 191v, 198v, 209v, 214v e 215, por exemplo.

[66] Fl. 245v.

quase sempre introduzida pela preposição latina *In*, é a cláusula que abre com maior frequência o teor documental.

Letras arredondadas ou, pelo contrário, angulosas; despojadas de decoração ou ornamentadas; de formas simples ou revelando a pujante imaginação de quem as desenhou (figs. 1 a 5), é grande a variedade das iniciais do Livro Preto, provando que mãos diferentes as traçaram, e não sendo possível atribuir um determinado tipo de iniciais aos documentos transcritos por cada copista. A ser certo que ao escriba "A" se devem as maiúsculas decoradas do início do cartulário e do sinal rodado régio, como atrás propusemos, também serão suas algumas das iniciais, mormente o U ou V traçado que por vezes surge, como sucede nos fls. 237 e 237v.

O acólito Afonso parece também ter sido o responsável pelas rubricas que dão a cada documento um título mais ou menos elucidativo do seu conteúdo, e que foram escritas a vermelho onde cabiam, uma vez que, por via de regra, não foi deixado um lugar específico para elas. Normalmente, aproveitou-se para esse fim o espaço existente entre cada documento; mas, quando esse intervalo era demasiado exíguo, utilizou-se o final da última linha do texto anterior[67] (figs. 3 e 4), a área deixada em branco entre cada coluna de subscrições[68] (figs. 3 e 4), o fundo do fólio precedente[69] ou a própria margem[70] (fig. 1). A título excepcional, o copista encurtou à direita a primeira ou primeiras linhas para nelas ser inscrita a rubrica[71] (fig. 3); mas o rubricador, apesar de ter um lugar próprio para escrever, fê-lo por vezes nos locais acostumados, deixando esse espaço em branco[72].

Note-se, por último, que nem sempre o breve resumo inscrito foi julgado suficiente; nesses casos, uma mão diferente, mas coeva, acrescentou, a tinta

[67] Por ser uma situação extremamente comum, não indicamos exemplos.

[68] Assim sucede, entre outros, nos fls. 109, 112, 113, 114, 125v.

[69] É o caso dos fls. 23-23v, 44v-45, 62v-63.

[70] Vid., por exemplo, o fl. 7v.

[71] Tal sucedeu sobretudo nos cadernos 16 e 19, escritos pelo copista "D" (vid. fls. 109v, 117v, 118, 118v, 119v, 120, 121, 121v, 122, 122v, 123, 123v, 124, 141, 142v, 143v, 145, 145v, 148v).

[72] Assim acontece, por exemplo, nos fls. 162, 169v, 170, 171 e 171v.

negra, os esclarecimentos considerados necessários, identificando a terra a que o acto respeita, ou a entidade nele envolvida[73] (figs. 3 e 4).

Após o rubricador, era a vez do trabalho do corrector, que se manifesta no entrelinhar de letras ou palavras sugerindo alterações aos textos, bem como através da rasura e posterior emenda sobre a linha, eliminando o que antes fora escrito[74]. A maior parte das correcções coevas patentes no Livro Preto incidem sobre os fólios lavrados por "A", e parecem ter sido executadas por ele próprio (fig. 1). Em geral, são tentativas de melhorar o latim dos textos, e não de procurar uma maior fidelidade em relação ao documento original. Aliás, tais intervenções contribuem mesmo para afastar a cópia da fonte que lhe serviu de base, ao optarem por termos diferentes dos que esta regista[75].

5. A fidelidade das transcrições

O que se verifica quanto ao trabalho do corrector conduz-nos à análise do grau de fidelidade das cópias do cartulário, quer no tocante aos textos, quer à reprodução de certas características especiais dos actos trasladados, como sinais de soberania ou selos[76].

Este estudo só pode ser realizado, naturalmente, em relação aos documentos de que chegaram até nós os originais ou cópias anteriores ao Livro Preto que possam ter servido de fonte às transcrições do cartulário. Para apreciar o trabalho do copista "B", dispomos de um único documento

[73] Por exemplo, a "carta testamenti" acrescentou-se "de Saurio" (doc. 84, fls. 41v-42); "donationis carta" foi seguido por "de Algeiara" (doc. 92, fl. 44v), e "intentionis agnitio" recebeu como acréscimo "inter monacos de Lorbano et de Vaccaricia" (doc. 119, fls. 57v-58).

[74] Encontram-se testemunhos destas práticas nos fls. 7v, 8, 9v, 10, 10v, 13, 13v, 14 e 185v, por exemplo.

[75] Assim, por exemplo, no doc. 14 (fls. 7v-8) acrescentam-se as palavras transcritas entre parênteses angulosos à expressão "et <illis> qui <eis> melius servierint", que, sem esses termos, surge na cópia avulsa existente do documento (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 1, nº 18); e propõe-se a substituição de "Sibilie" por "Hispalis", no mesmo texto, apesar de ser a primeira forma a patente na referida cópia.

[76] A este respeito, veja-se o interessante trabalho de Laurent Morelle, "De l'original à la copie: remarques sur l'évaluation des transcriptions dans les cartulaires médiévaux", in *Les cartulaires...*, p. 91-102, assim como a análise dos cartulários crúzios elaborada por S. A. Gomes, *In limine...*, p. 340-344 e 380-384.

original[77]; mas, no tocante aos outros escribas, o material é abundante, impossível mesmo de analisar na totalidade. Optámos, em consequência, por realizar uma amostragem e analisar minuciosamente um pequeno número de transcrições feitas pelas diversas mãos, abrangendo tipologias e épocas diversificadas.

Registe-se, antes de mais, o pouco respeito pelo sistema braquigráfico patente nos originais: as palavras abreviadas são copiadas por extenso ou grafadas recorrendo a outras abreviaturas, talvez mais familiares ao copista do cartulário. Só em raros casos de dúvidas de leitura é que se procurou reproduzir o mais fielmente possível o que o original registava[78].

Da mesma forma, não houve a preocupação de copiar com fidelidade as designações dos topónimos e antropónimos, sendo generalizada a tendência para actualizar formas latinas deturpadas ou arcaicas, substituindo-as por outras mais correctas, ou mais próximas daquelas a que os copistas estariam habituados[79]. Assim, "Hericus" é substituído por "Henricus", "Taresia" por "Tharasia", "Rodrico" por "Rodericus" ou "Rodrigo", "Ibenegas" por "Venegas", "Gundisalvo" ou "Gundisalbo" por "Gunsalvo", "Alahuen" por "Alaphoen", "Conimbriense" por "Colimbriense", para apenas mencionar alguns dos exemplos mais frequentes[80].

Em geral, não foram também respeitadas as formas de indicar os numerais, substituindo-se números escritos por extenso por numeração romana, ou vice-versa[81]. Saliente-se que o *T* usado com valor de mil (deturpação do *I* com traço sobreposto utilizado na numeração romana clássica para exprimir os milhares), tão do gosto da escrita visigótica, foi largamente

[77] TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 3, nº 24, copiado no doc. 30 do cartulário (fls.16--16v).

[78] Um bom exemplo encontra-se no doc. 485 (fls. 189-189v), transcrito por "F" que, não tendo percebido a data, copiou o texto original (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 2, nº 39) tal como ele lhe parecia escrito, lendo "Nonos" no lugar de "II Idus". Cf. as observações aduzidas a este respeito por L. Morelle, "De l'original…", p. 100-101.

[79] Essa mesma tendência é observada por L. Morelle, "De l'original…", p. 99.

[80] Por serem muito frequentes, de novo não consideramos necessário apresentar exemplos destas alterações, que percorrem todo o códice.

[81] Vid., como exemplo, o doc. 51 (fl. 25v, original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 4, nº 12), que copia a data expressa parcialmente por extenso apenas com numeração romana.

substituído pelo *M*, muito mais usual na documentação carolino-gótica[82]. Mas há que sublinhar o facto de as datas dos documentos raramente estarem erradas nas cópias[83], e de o X aspado, correspondente a 40, ter sido lido e interpretado com correcção, nos casos em que foi possível fazer o confronto com o original.

Refira-se, ainda, que são muito comuns as inversões de palavras, ou a sua substituição por outras de igual significado: "fieri jussimus" passa a "jussimus fieri" ou "facere", "in nostra vita" é preterido por "in vita nostra", "carta testamenti" dá lugar a "testamenti carta"[84].

Estas alterações não significam, porém, que a maioria das transcrições não transmite o conteúdo documental com fidelidade[85]. Pelo contrário, o Livro Preto parece-nos ser um cartulário onde as modificações substanciais aos textos originais foram, de um modo geral, pequenas ou pouco significativas: não se procedeu, como em tantos manuscritos deste tipo, a uma sistemática

[82] Assim sucede, por exemplo, nos docs. 30 (fl. 16v), 40 (fl. 21), 59 (fl. 28v), 61 (fl. 31v) e 220 a 223 (fls. 110-111).

[83] Podem ver-se alguns exemplos de documentos do cartulário mal datados em A. J. Costa, "Prefácio", p. XXIII-XXVI. A esses casos, acrescente-se o doc. 435, em que o copista se esqueceu de um C, datando assim o diploma (de que existe o original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 2, nº 6) de 1002, em lugar de 1102; cf. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 11-12, nota 33.

[84] Vid. *supra*, nota 80.

[85] Houve, de factos, algumas alterações, mas pontuais, como no caso do doc. 272 (fl. 125v), copiado pelo escriba "E", onde a invocação "In nomine Sancte et Individue Trinitatis" foi substituída por "In Dei nomine" e se preferiu iniciar o documento pela forma "Hec est carta testamenti quam jussi facere ego...", em lugar de "Ego (...) facio cartam testamenti". Assinalem-se também alguns diplomas em que, antes das listas de subscrições, se acrescenta ao texto original "Qui presentes fuerunt", se substitui por esta a fórmula, também muito comum, "Pro testes", ou ainda se junta às subscrições a indicação de se tratar de testemunhas ou confirmantes. Nenhuma destas mudanças, porém, altera substancialmente o sentido do texto. Também se encontram alguns exemplos de claros erros de leitura, nomeadamente no caso de documentos escritos em visigótica; assim sucede, por exemplo, no doc. 147 (fls. 74v-77; original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 1, nº 10), que se inicia imediatamente com um erro, lendo-se "clericus" em lugar de "plerique"; ou no doc. 216 (fl. 109, original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 1, nº 53), onde "Pro testes" foi lido como "Petrus ts.". Um caso diferente, de repetição de uma palavra que induz em erro o leitor, pode ser visto no doc. 311 (fl. 138v): o nome "Johannes", escrito abreviadamente duas vezes, levou a que se lesse o nome do prior da Sé como *Johannes Johannis*, ou seja, João Eanes, tratando-se no entanto de D. João Anaia, que desempenhou esse cargo na data do diploma, em 1140 (cf. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 213); não existe, porém, nem original nem cópia avulsa que permita saber se o erro foi cometido pelo copista do cartulário, ou se a repetição já constava do texto que serviu de base à sua transcrição.

eliminação das listas de testemunhas[86], nem desapareceram partes do teor documental consideradas desnecessárias, como as invocações ou as arengas[87]. Apenas em certos casos de apresentação da data de modo diferente do usual se detecta uma tendência para a simplificação, que, no entanto, não conduziu à perda dos elementos cronológicos essenciais[88].

O que, de um modo geral, não foi copiado no cartulário foram as invocações monogramáticas, os sinais de soberania régios e os símbolos próprios da chancelaria pontifícia, com algumas e notáveis excepções, como o belo sinal rodado de D. Afonso Henriques, patente no doc. 60[89]; os sinais de soberania do mesmo rei e de sua mãe D. Teresa, nos docs. 159, 300 e 577[90]; ou ainda a *rota* e o *bene valete* do papa Pascoal II, reproduzidos no doc. 621 (fig. 5)[91]. Alguns sinais cruciformes presentes nas subscrições episcopais foram também copiados[92], mas a título igualmente excepcional. Da mesma forma, não foram assinalados os selos que existiam nas bulas copiadas[93]. Ainda quanto a este tipo documental, note-se que o hábito da chancelaria

[86] Mas, por vezes, elas não foram copiadas para o cartulário, como sucede no doc. 182 (fl. 94; original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 4, nº 38). Noutros casos, a diferença está na ordem pela qual os subscritores são apresentados, podendo mesmo haver alguns nomes em falta (vid., por exemplo, o doc. 59, fl. 29; original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., DR, M. 1, nº 4).

[87] Cf. L. Morelle, "De l'original...", p. 93-94. Vid. também a este respeito o muito interessante estudo realizado por José A. Fernández Flórez e Marta Herrero de la Fuente, "Libertades de los copistas en la confección de cartularios: el caso del Becerro Gótico de Sahagún", in *Scribi e colofoni...*, p. 301-319.

[88] Por vezes, apenas a fórmula introdutória "notum die erit" foi retirada, como sucede no doc. 217 (fl. 109v; original em TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 2, nº 14). Noutros casos, são omitidos elementos cronológicos não essenciais, situação de que é exemplo o doc. 50 (fl. 25), onde o ano passou a ser expresso apenas na Era hispânica, eliminando-se a Era cristã e a menção à "luna XVII" que o original inclui (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 1, nº 50).

[89] Fl. 30.

[90] Fls. 84, 135v e 222v.

[91] Fl. 238v. Note-se que esta bula já tinha sido copiada no doc. 592 (fls. 229-229v), por um outro escriba, sem que esses sinais tivessem sido reproduzidos.

[92] É o caso dos docs. 325, 326, 329 e 340 (fls. 143, 144 e 147v).

[93] Alguns cartulários de Além-Pirenéus reproduzem os selos dos documentos que copiam, ou, pelo menos, indicam a sua presença, como nos mostra Jean-Luc Chassel, "Dessins et mentions de sceaux dans les cartulaires médiévaux", in *Les cartulaires...*, p. 153-170.

pontifícia de escrever com letras maiúsculas a primeira linha ou as palavras iniciais foi, em geral, reproduzido no Livro Preto[94].

6. Considerações finais

Podemos concluir da análise levada a cabo que a equipa que produziu o Livro Preto era constituída por um conjunto de copistas conscienciosos, em geral bons leitores da escrita visigótica, dotados de razoáveis conhecimentos de latim, o que os levou até a procurar corrigir formas deturpadas patentes nos originais copiados. Sem preocupações de fidelidade total aos documentos que trasladavam, fizeram-no, por via de regra, com bastante rigor, transmitindo as informações neles contidas com correcção.

Não quer isto dizer que os documentos compilados no Livro Preto sejam todos autênticos – sabemos que não. Já acima foi feita alusão à incorporação no cartulário de documentos falsificados e interpolados, relativos ao tempo de D. Sesnando; importa também referir a notícia da eleição de D. Crescónio como bispo de Coimbra em 1092, no Concílio de Husillos, que consta do doc. 609[95]; as actas dessa assembleia são conhecidas, e mostram que teve lugar não nesse ano, mas em 1088, nela tendo sido escolhido como prelado de Coimbra D. Martinho Simões, prior do cabido[96]. O objectivo desta falsificação foi, certamente, apagar da memória da catedral a eleição de um novo moçárabe para presidir à diocese, substituindo o seu nome pelo de D. Crescónio, paladino da reforma gregoriana, que veio efectivamente a ocupar a cátedra a partir de 1092[97]. Não se conhece outra versão deste documento para além da constante no cartulário; mas cremos que, à semelhança do que pensamos ter sucedido em relação aos outros diplomas manipulados referidos, a falsificação deve ter sido levada a cabo em momento anterior ao da organização do cartulário, na altura em que a reforma

[94] A título de exemplo, vid. docs. 592 a 597 (fls. 229-231), 607 (fl. 234v), 621 (fl. 238) e 625 (fl. 240).

[95] Fls. 234v-235.

[96] A este respeito, vid. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 18, nota 60; p. 19, nota 61; e p. 66-67.

[97] Vid. nota anterior.

gregoriana se impunha na diocese, provavelmente durante o episcopado de D. Gonçalo (1109-1127†)[98]. Aos copistas do Livro Preto não deverá ser imputada, portanto, tal responsabilidade; limitaram-se, decerto, a trasladar os textos que lhes foram fornecidos pelo responsável pela organização do cartulário.

Não se sabe quem terá sido encarregado dessa tarefa pelo bispo D. Miguel Salomão. Desconhecemos quem exercia, na época, as funções de *armarius* da catedral[99], das quais poderia decorrer a responsabilidade de organização deste *liber cartarum*. É tentador colocar a hipótese de que tenha sido o escriba "A", o acólito Afonso, que tão bem conhecia o cartório da Sé e foi o principal copista do Livro Preto, bem como seu rubricador e corrector; o seu papel, porém, pode ter-se limitado apenas à execução, e não à concepção do cartulário ou à selecção dos documentos que nele deviam constar.

Seria muito interessante estudar os critérios que presidiram a essa escolha, verificando quais os diplomas conservados à época no cartório da Sé de Coimbra que nos chegaram como originais ou cópias avulsas e que não foram incluídos no Livro Preto. Uma das ausências mais notórias, a que já foi feita alusão, é a dos documentos relativos às questões entre a Sé e o mosteiro de Santa Cruz, que, recorde-se, conheceram um momento crucial precisamente no tempo de D. Miguel Salomão. A omissão desses textos foi, sem dúvida, intencional, motivada talvez pelo desejo alimentado por este prelado de estabelecer a concórdia entre as duas instituições. Qualquer que fosse a razão dessa ausência, certo é que comprova que a selecção documental não foi inocente, e que se pretendia com este cartulário construir e transmitir uma determinada memória da catedral, uma "história oficial" que não tinha de corresponder necessariamente à realidade, nem de abranger todos os seus campos[100].

[98] Cf. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 323-331.

[99] Conhece-se apenas um *armarius* da Sé, de nome João, em funções em 1128, eventualmente também nos primeiros anos da década de 1130; cf. M. R. Morujão, *A Sé de Coimbra...*, p. 434.

[100] Sobre a problemática da construção da memória através dos cartulários, vid. P. Geary, "Entre gestion et *gesta*"; Michel Parisse, "Les cartulaires: copies ou sources originales?", in *Les cartulaires...*, p. 503-511, S. A. Gomes, *In limine...*, p. 297 e seguintes, e ainda a obra de Pierre Chastang, *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Paris, 2001.

Estudar essa memória será, porém, matéria para um outro trabalho. Neste, o objectivo é mais modesto, quedando-se pela análise do manuscrito do Livro Preto, do ponto de vista material e da sua execução, procurando perceber-se de que modo e por que mãos foi elaborado, permitindo, por esse meio, conhecer melhor a forma como, na segunda metade do século XII, os copistas trabalhavam no *scriptorium* da Sé de Coimbra, nele dando forma a um cartulário que, mais de 800 anos volvidos, constitui um precioso testemunho do seu labor.

Apêndice 1 – Os cadernos do Livro Preto e os seus principais copistas

Nº caderno	Nº fólios	Fólios	Copista(s)
1	6	1 - 6	várias mãos
2	8	7 - 14	A
3	6	15 - 20	B e A[1]
4	8	21 - 28	A
5	8	29 - 36	A
6	8	37 - 44	A
7	8	45 - 52	A
8	8	53 - 60	A
9	8	61 - 68	A
10	8	69 - 76	A
11	8	77 - 84	A
12	8	85 - 92	A
13	8	93 - 100	A
14	8	101 - 108	A
15	8	109 - 116	C
16	8	117 - 124	D
17	8	125 - 132	E
18	8	133 - 140	C
19	8	141 - 148	D
20	8	149 - 156	E
21	8	157 - 164	C e D[2]
22	8	165 - 172	F e D[3]
23	8	173 - 180	E, A e G[4]
24	8	181 - 188	G
25	8	189 - 196	F
26	8	197 - 204	G
27	8	205 - 212	H
28	8	213 - 220	H e A[5]
29	8	221 - 228	C e A[6]
30	8	229 - 236	G
31	8	237 - 244	F
32	11	245 - 255	D

[1] O escriba "B" escreveu até ao início do fl. 20, tendo "A" sido responsável pelas transcrições patentes no fl. 20-20v.

[2] O escriba "D" escreveu apenas o último documento do caderno.

[3] O escriba "D" escreveu a partir do final do fl. 171v.

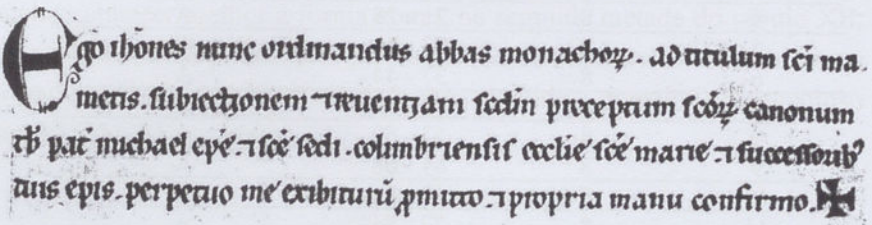
[4] O escriba "A" escreveu o documento que ocupa o fl. 180v, e o copista "G" aproveitou o final desse fólio, deixado em branco, para nele copiar um outro texto.

[5] A escrita dos fls. 218-220v que atribuo ao copista "A" apresenta algumas pequenas diferenças em relação à dos cadernos iniciais saídos da sua mão, sobretudo no que diz respeito ao desenho dos "z", mais cursivo. Penso que se trata do mesmo copista, escrevendo mais depressa e com menos esmero, eventualmente algum tempo mais tarde.

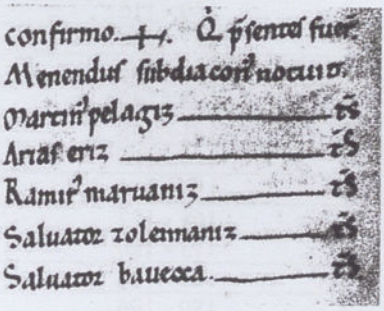
[6] A escrita dos fls. 224v-225 foi identificada como tendo saído da mão do escriba "A" com as mesmas reservas expressas na nota anterior.

Apêndice 2 – As grafias dos copistas do Livro Preto

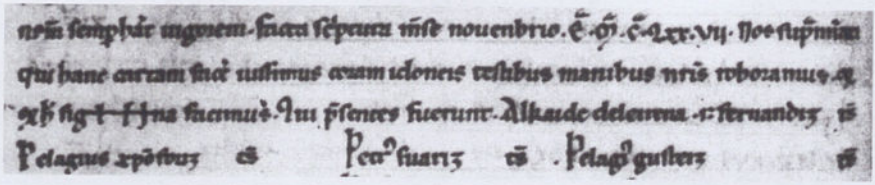
"A"


Ego thones nunc ordinandus abbas monachor. ad utilitatem scī ma-
meris. subiectionem ⁊ reuerentiam secdm preceptum scōr canonum
xp̄i pat̄ michael epc̄ ⁊ scē sedis. columbriensis eccliē scē marie ⁊ successorib⁹
eius epis. perpetuo me exhibiturū p̄mitto ⁊ propria manu confirmo. ✠

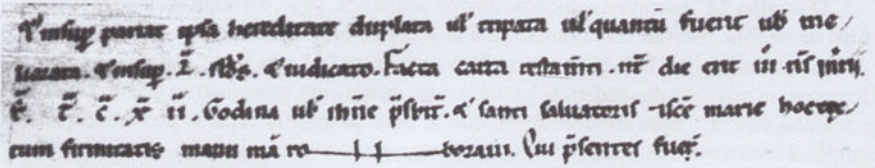
"B"


confirmo. ✠. Q. p̄sentes fuer-
Menendus subdiac⁹ notuit.
Martin⁹ pelagiz ——— ts
Arias erz ——— ts
Ramir⁹ maruanz ——— ts
Saluator tolemanz ——— ts
Saluator baueca ——— ts

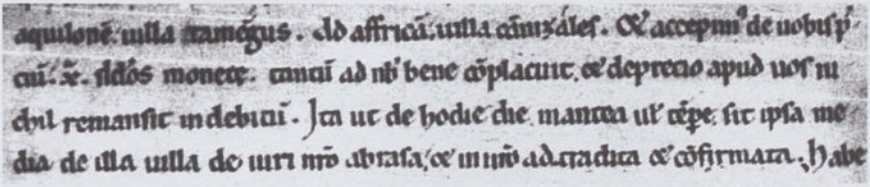
"C"


nōn sempl̄ar ingrem-suam sēpeuā mēse nouembrio. Ē. ō. C. lxx. vij. hoc supīmia
qui hanc cartam fieri iussimus coram idoneis testibus manibus nris roborauim⁹. ⁊
xp̄i sig ✠ na fecimus. Qui p̄sentes fuerunt. Alvaldo delcanna. ⁊ fernandz. ts
Pelagius xp̄ōbuz ts Pet⁹ suariz ts. Pelag⁹ gutiez ts

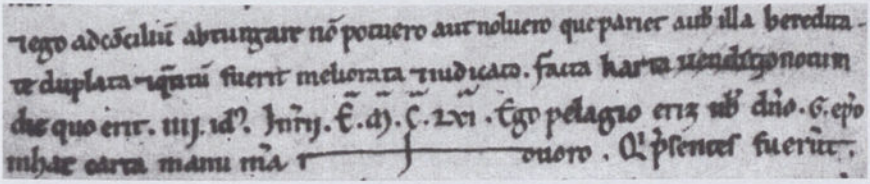
"D"


Q̄mlay pueros q̄s hereditauit duplata ul̄ tripata ul̄ quanta fuerit ub̄ me-
liorata. Q̄mlay. Ē. sēp. C. vndecimo. Facta carta testiū. mē. die exe. iij. nīs jun.
Ē. C. C. x. ij. Godina ub̄ mihe p̄sbr̄. ⁊ canci saluatoris ⁊ scē marie hoc pac-
tum firmitatis manu mā ro ✠ ✠ ——— rozaiz. Qui p̄sentes fuer.

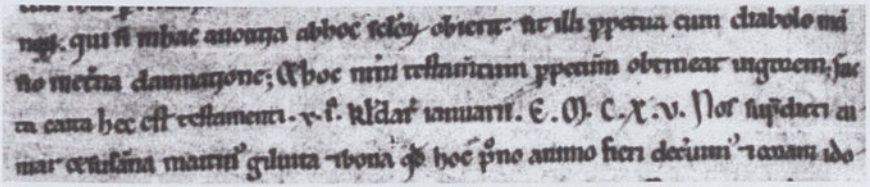
"E"



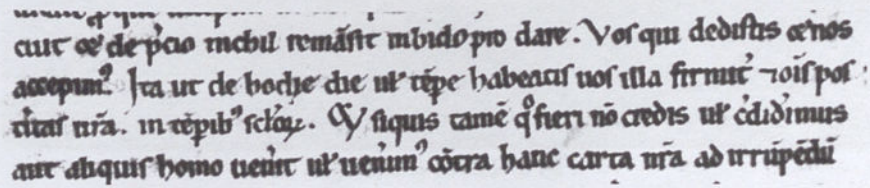
"F"



"G"



"H"



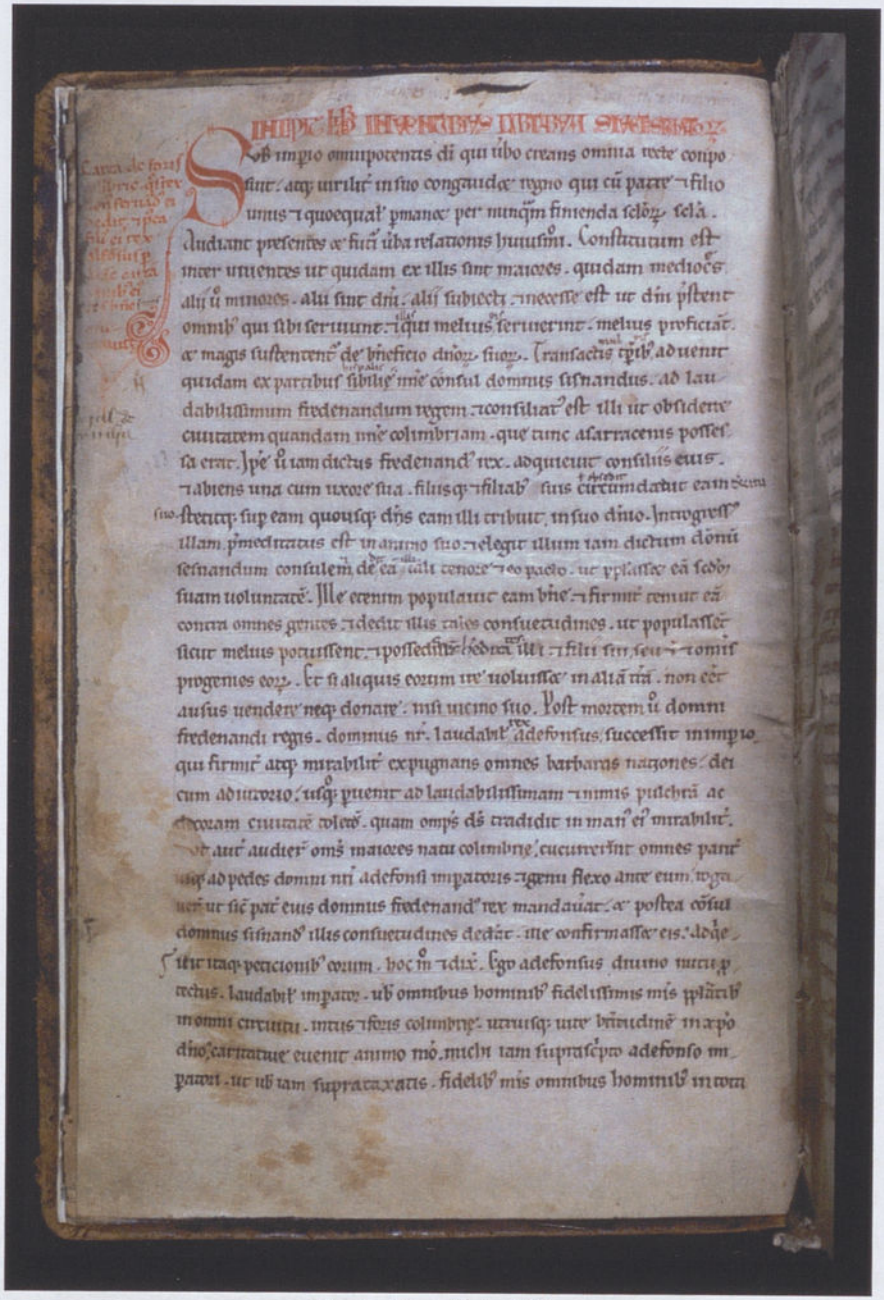


Fig. 1 – Livro Preto, fl. 7v

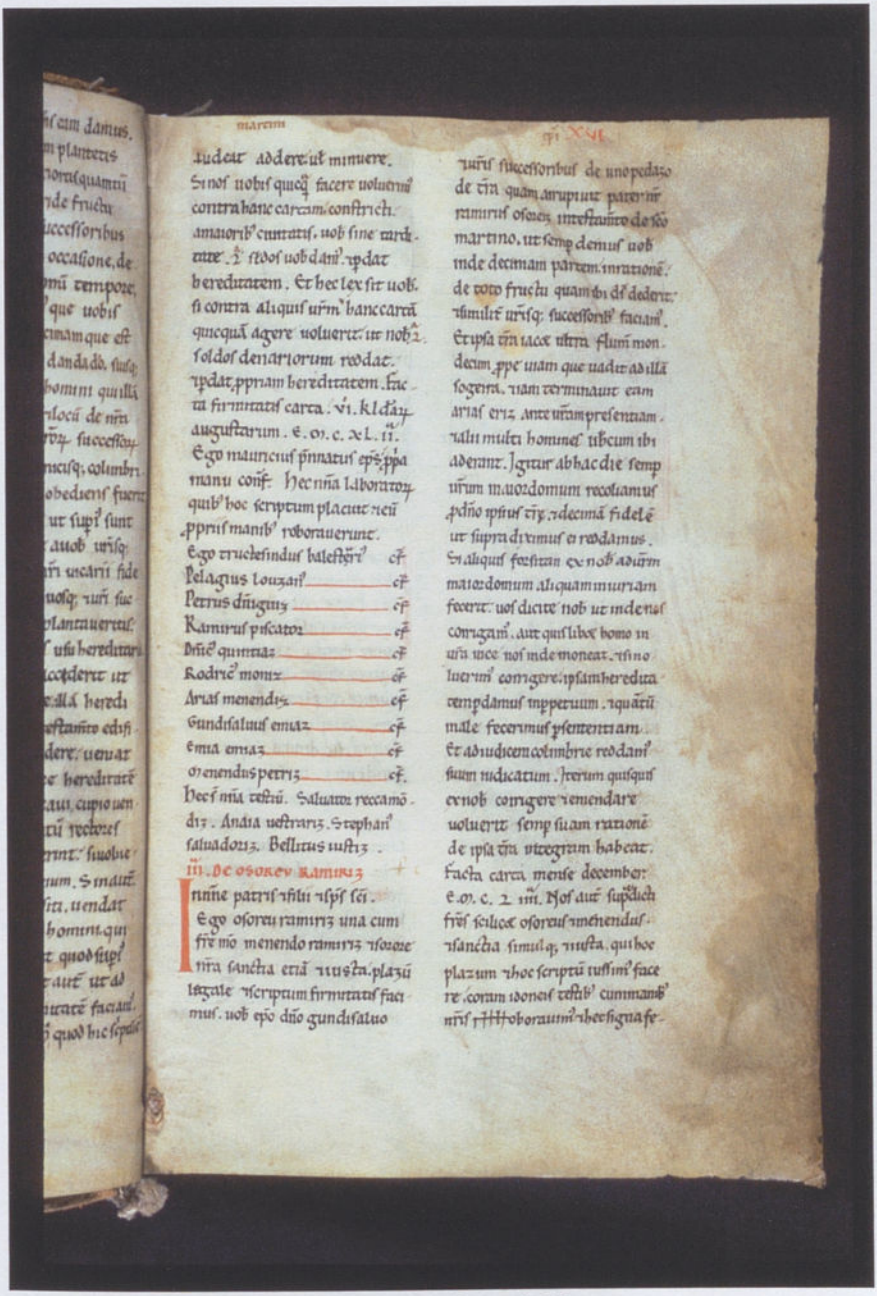


Fig. 2 – Livro Preto, fl. 16

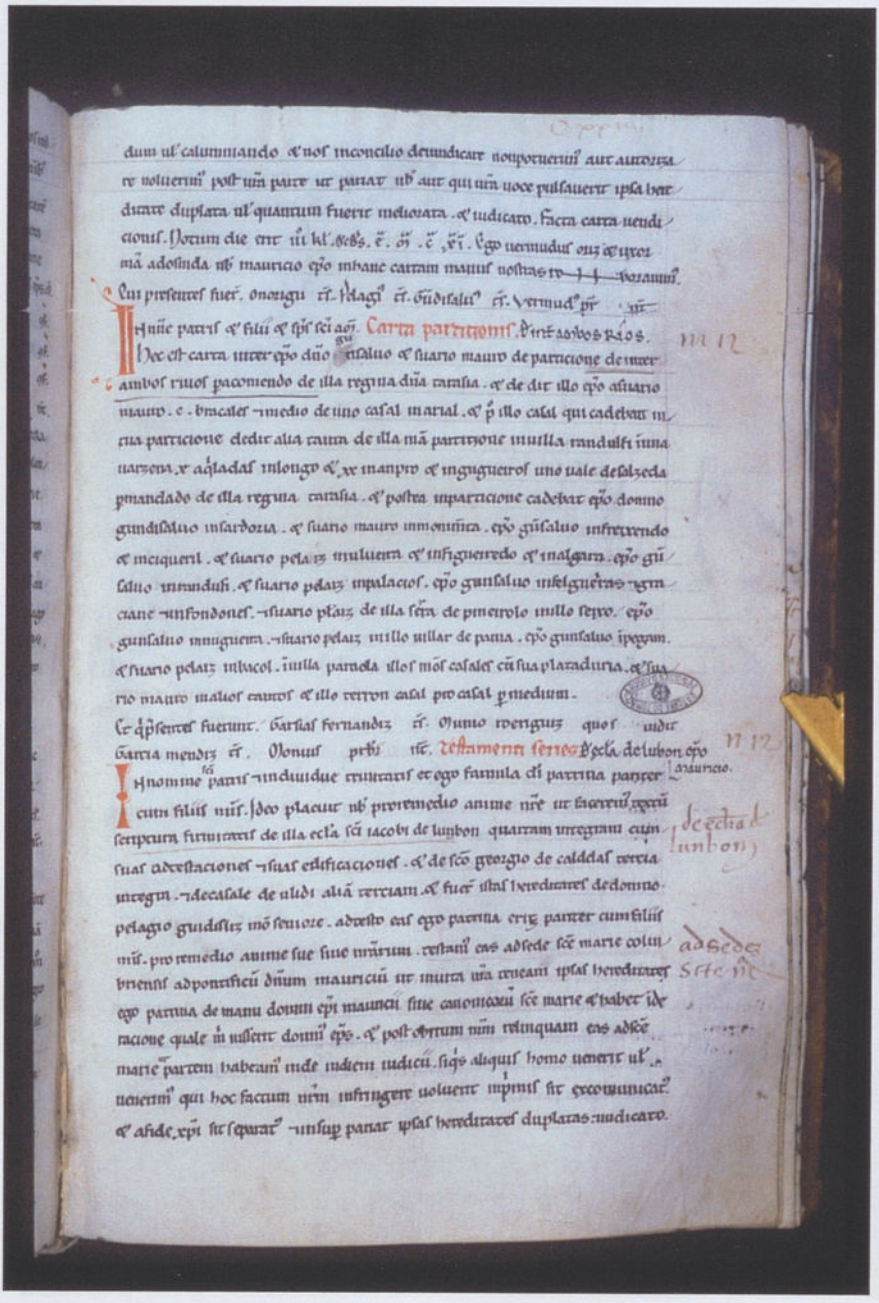


Fig. 3 – Livro Preto, fl. 124

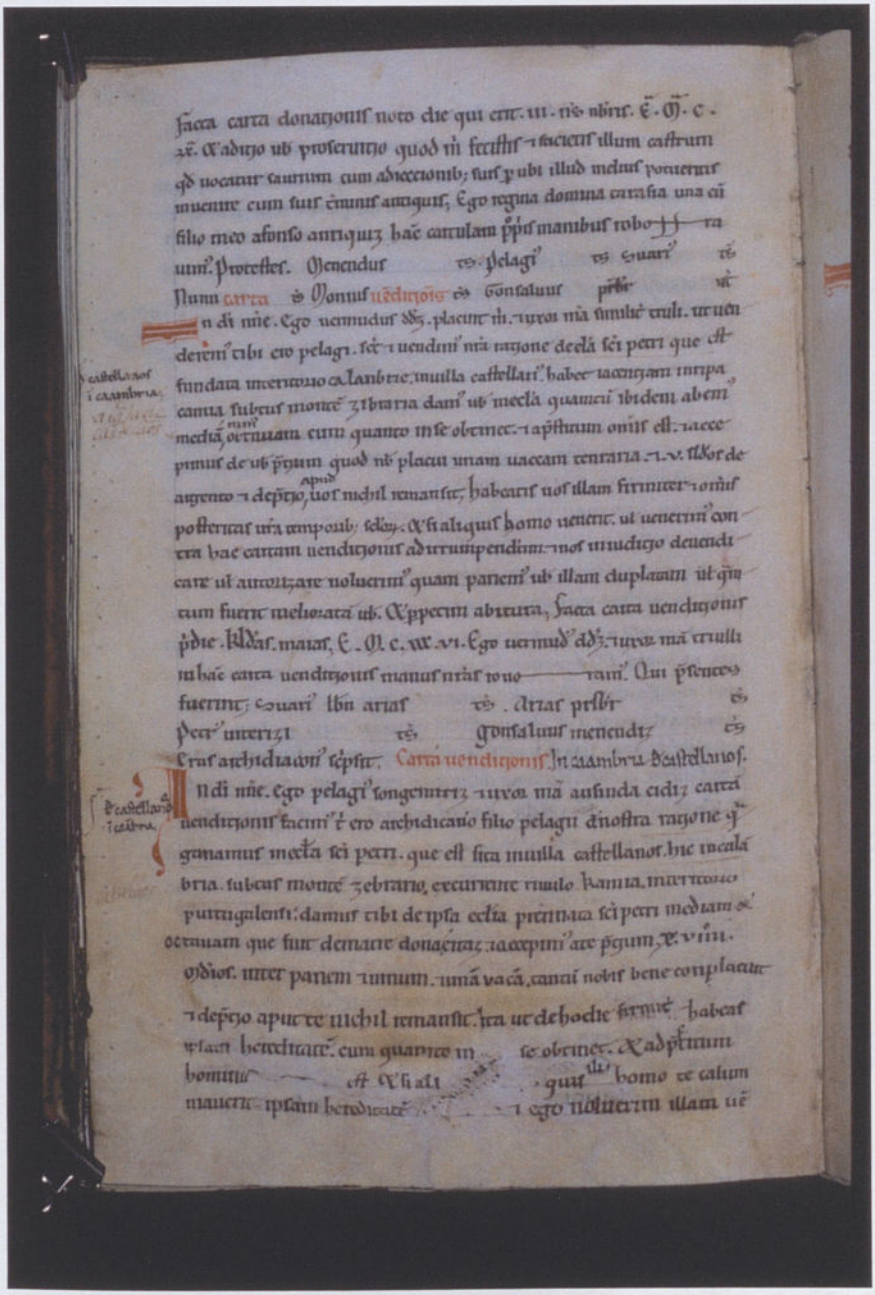


Fig. 4 – Livro Preto, fl. 214v

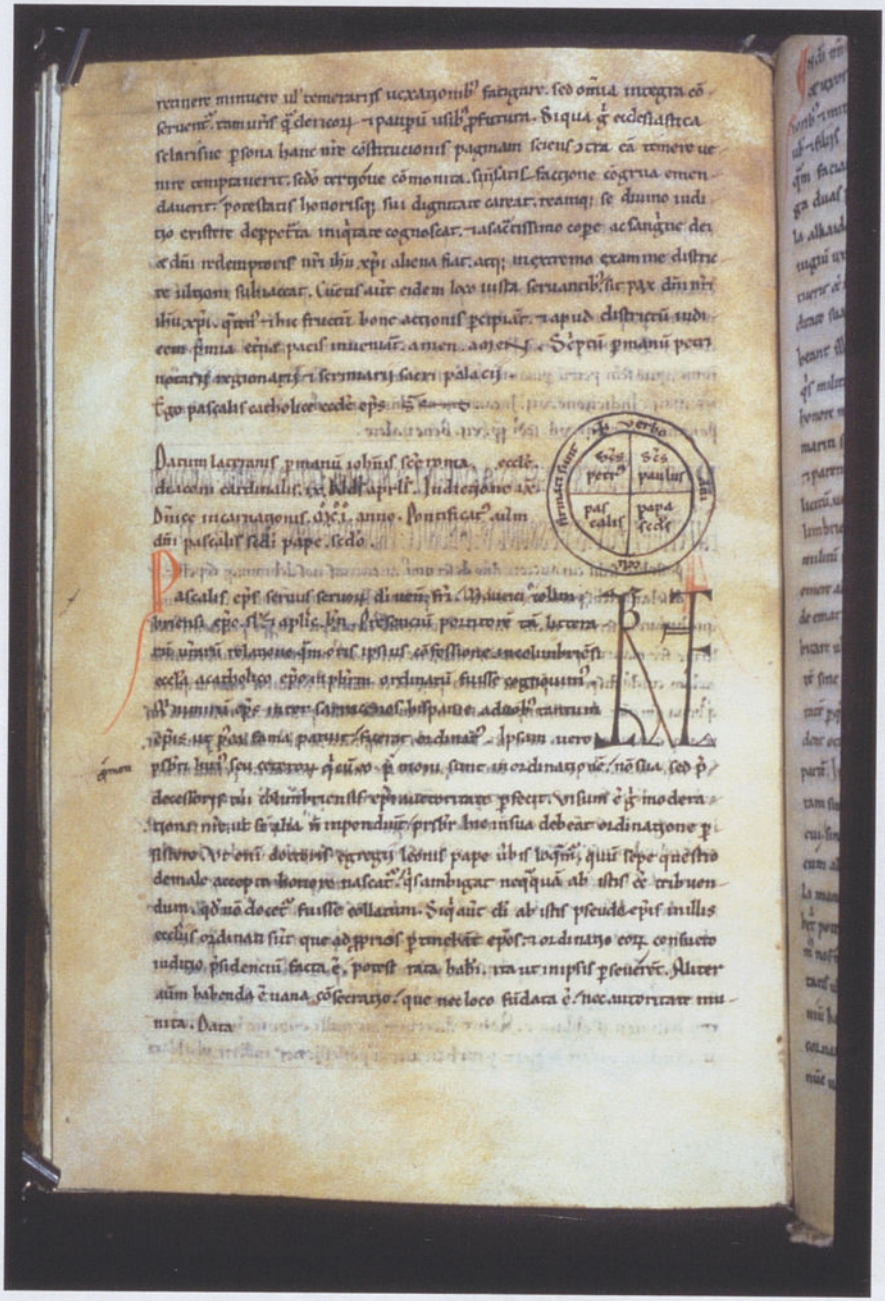


Fig. 5 – Livro Preto, fl. 238v

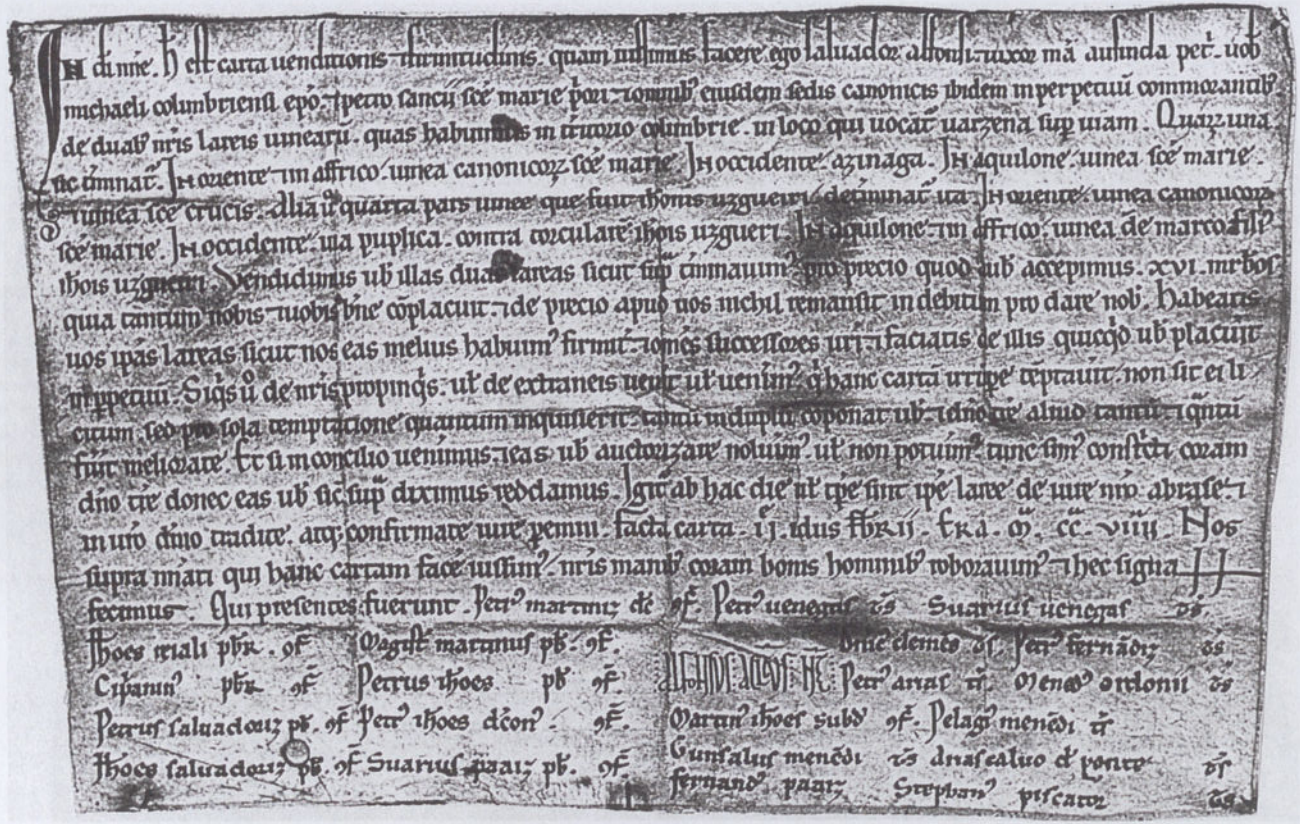


Fig. 6 – A escrita do acólito Afonso (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 6, nº 2)

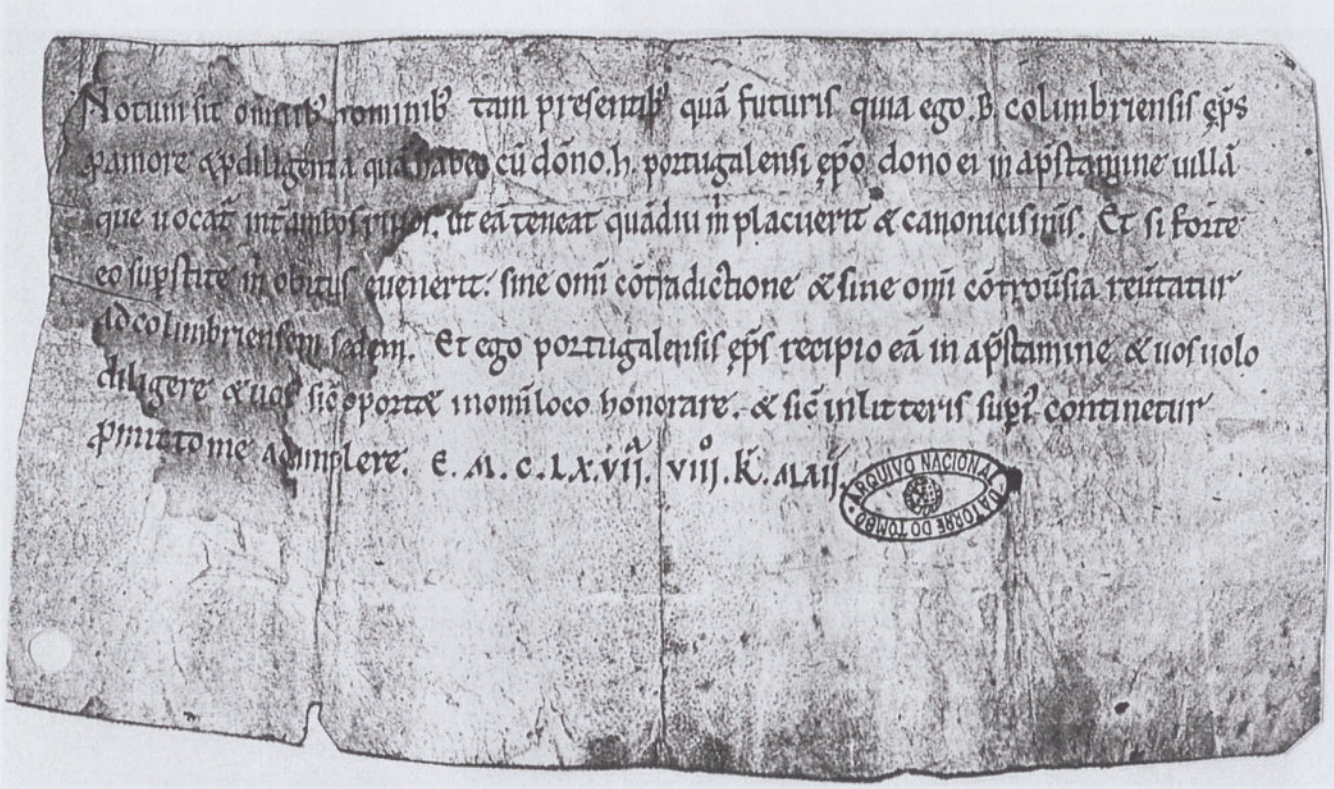


Fig. 7 – A escrita do subdiácono João I (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 4, nº 11)

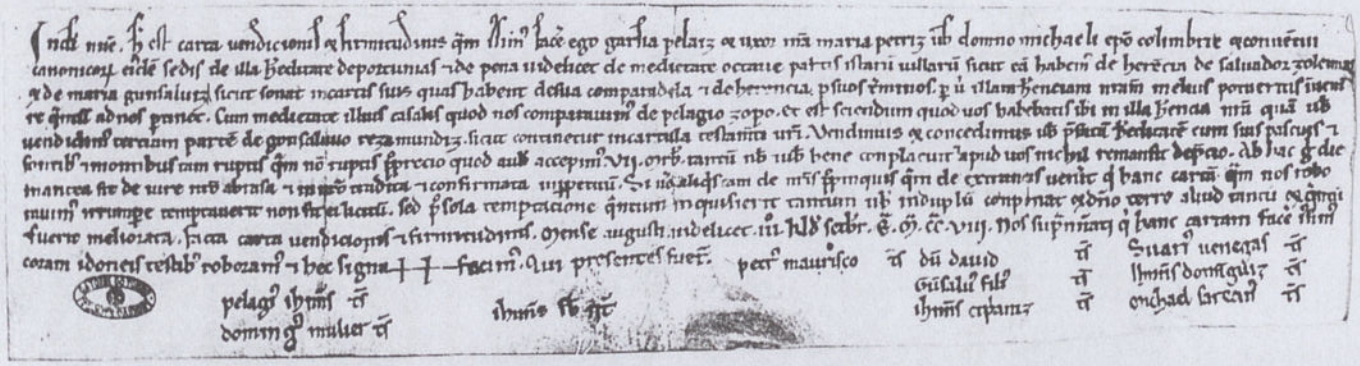


Fig. 8 – A escrita do subdiácono João II (TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 5, nº 37)